

RESENHA

D. Malhadas, M.C.C. Dezotti e M.H. Moura Neves (coord.), *Dicionário grego-português*, v. 1 (a-d), Cotia, Ateliê Ed., 2006, 264 p., ISBN 8574803278.

A partir da segunda metade do século XVIII, com a intenção de incluir Portugal no circuito das nações “iluminadas”, D. José I e seu Primeiro-Ministro, o Marquês de Pombal, tomaram uma série de providências no campo educativo: a primeira delas, bastante conhecida, com data de 1758, regulamentava o ensino primário entre as populações indígenas do Brasil; já no ano seguinte aparece o segundo instrumento, sob a forma de “Instruções para os professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica”, na esteira do qual, em 1760, era publicado o *Novo Epitome da Grammatica Grega de Porto-Real, composto na lingua portugueza para uzo das novas escolas de Portugal*, da autoria de João Jacinto de Magalhães — e, com data de 23 de julho de 1772, uma resolução encarregava o Padre Custódio José de Oliveira, conhecido helenista, de elaborar o que seria o primeiro dicionário grego-português. Para tanto, recebeu ele, inclusive, uma pensão de duzentos mil réis — e deixou o trabalho por fazer!

A lacuna, sentida por mais de duzentos anos no ensino de grego nos países lusófonos, começa agora a ser preenchida, com o aparecimento do primeiro volume do *Dicionário grego-português* (DGP), elaborado por uma equipe de doze colaboradores, sob a coordenação das professoras Daisi Malhadas, Maria Celeste Consolin Dezotti e Maria Helena de Moura Neves, da UNESP de Araraquara, instituição que se tem sobressaído por trabalhos no campo da lexicologia e lexicografia. Professores e estudantes de grego conhecem bem as limitações do dicionário de Isidro Pereira, o único até então disponível, o que obrigava o uso prematuro, desde os primeiros estágios de aprendizagem, de obras em francês ou inglês. O DGP não pretende substituir os grandes dicionários, como o Bally e o Liddell-Scott-Jones (nem mesmo o Adrados, cuja publicação se encontra ainda em curso), mas fornece um instrumento extremamente valioso, embora de proporções mais modestas, superando as versões abreviadas dos dois primeiros e incorporando, nos verbetes, mais informações que as por eles fornecidas.

Assim, de um lado, tomou-se como referência, para a seleção das entradas, o Bally *Abregé*, ampliando-se, contudo, sua abrangência com a inclusão do vocabulário do Novo Testamento e dos termos citados nos demais verbetes, o que terminou por prover o DGP de um conjunto mais vasto de palavras. Por

outro lado, buscou-se uma organização interna dos verbetes que fornecesse as informações lexicográficas de modo claro e detalhado, acompanhadas ainda, quando necessário, das abonações pertinentes.

Em especial, destacam-se as entradas relativas aos verbos mais importantes e às preposições, em que as várias acepções e usos são apresentados de modo sistemático, permitindo ao consulente não se perder num amontoado de sentidos de que não logra perceber a coerência. Com relação aos verbos, a indicação da regência constitui informação importante, do mesmo modo que, no caso das preposições, não apenas isso, como também a classificação dos sentidos espacial, temporal e relacional que apresentem. Tudo esclarecido com exemplos colhidos de vários autores.

As outras vantagens do DGP o usuário sentirá no dia-a-dia, pois conhecer um dicionário exige a convivência que realça não só os defeitos, como muitas vezes se pensa, mas também as virtudes. Neste caso, certamente só virtudes se encontrarão, numa obra que prima pela inteligência, pela segurança das escolhas, pela conveniência da metodologia. E, principalmente, porque tudo se diz na nossa língua.

Jacyntho Lins Brandão
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil